

Barra Longa, 02 de abril de 2019.

Aos dois de abril de 2019, às 14:30 horas, reuniram-se na secretaria municipal de saúde a comissão de atingidos e atingidas de Barra Longa, a secretaria municipal de saúde, a procuradoria do município, a câmara técnica de saúde, a superintendência regional de saúde de Ponte Nova, Ministério Público Federal e a Fundação Renova, a fim de planejar a implementação do plano de ação em saúde do município de Barra Longa, conforme deliberação 252/2018.

A reunião se inicia com Raquel explicando a mudança de local da reunião. O foco da reunião de hoje é a construção de cronograma de atividades relacionados ao plano de saúde. Repete a fala realizada na CT saúde acerca das demais atividades que são de sua responsabilidade e da necessidade de realizar encaminhamentos. Diz que ficou surpresa

Wagner fala que desde o início a Fundação Renova expõe a necessidade de entender como a quantidade de profissionais foi decidida, para que o plano pudesse ser transitado dentro da Renova. Diz que a conversa sobre o plano é para ter mais detalhes sobre ele e não para voltar atrás no quantitativo de profissionais. Informa que existem pontos que ainda não foram implementados e que tem outros que precisam ser revistos. Afirma que no que diz respeito a atenção primária não há dúvidas quanto a necessidade. No que diz respeito à saúde mental, informa que precisa entender como se chegou naquele quantitativo. Diz também que hoje é momento de retirar essas dúvidas para, que aqueles pontos acordados que eles já têm informações suficientes para definir a elaboração do cronograma com as premissas para iniciar a execução. Essas premissas dizem respeito à elaboração de documentos.

Laura (AEDAS) questiona porque será feito um cronograma se já existe um que foi feito e apresentado em janeiro. Wagner esclarece que será feita uma atualização do cronograma apresentado em janeiro, a partir dessas premissas.

Kleber propõe que os trabalhos sejam realizados até às 17 horas. Também propõe que o documento seja lido na íntegra, a fim de que as partes coloquem sua concordância ou discordância e assim seja feita a discussão. Pensa que será necessária nova reunião para continuação dos trabalhos, o que pode ser agendado ao final desta reunião. Ainda questiona à Fundação o que é o termo de cooperação técnica, o que ele precisa prever, se ele pode ser fracionado, para ser implementado.

Wagner explica que o termo de cooperação dá legalidade ao processo de execução do plano, com explicitação de responsabilidade das partes e com previsão de tempo para execução das atividades. Ele informa que o ideal é que fosse feito apenas um termo com todos os pontos, mas caso haja dissensos, outros instrumentos serão firmados posteriormente. Viviane afirma que o termo deve ser feito de maneira a abranger o máximo possível de serviços e que demais acordos feitos posteriormente podem ser acrescidos em um aditivo.

Kleber coloca que o 1º item diz respeito à atenção básica. Pergunta à F.R. no que diz respeito a esse ponto, ao que **Wagner** informa não ter dissensos quanto a esse ponto (contratação de 1 médico, 2 enfermeiros, 2 técnicos de enfermagem; além da reforma das estruturas de saúde atingidas).

CLÁUSULA 107: Caberá à FUNDAÇÃO elaborar programa para prestar apoio técnico para o atendimento às prefeituras de Mariana e Barra Longa na execução dos planos de ação de saúde ou das ações de saúde já pactuados até a presente data em função dos efeitos decorrentes do EVENTO.

CLÁUSULA 108: O programa deverá prever medidas e ações necessárias à mitigação dos danos causados à saúde da população diretamente atingida pelo EVENTO.

CLÁUSULA 109: O presente programa deverá prever ações a serem executadas pela FUNDAÇÃO nas seguintes áreas, as quais deverão estar circunscritas aos efeitos decorrentes do EVENTO:

a) atenção primária; b) vigilância em Saúde ambiental, epidemiológica, Saúde do trabalhador, sanitária e promoção da Saúde; c) assistência farmacêutica; d) assistência laboratorial; e) atenção secundária; e f) atenção em saúde mental.

CLÁUSULA 110: As ações previstas neste programa de apoio à saúde deverão ser mantidas pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da assinatura do presente Acordo.

Existe deliberação do CIF que altera o prazo de execução dos programas por dez anos.

Helder, fala sobre a forma descolada da leitura do TTAC por parte da F.R. que demonstra apego a dados estatísticos que são sabidamente subnotificados, além das pessoas que vão diretamente a outros municípios buscar atendimento, o que acaba por rebaixar os números. É necessário criar mecanismos para que a rede de saúde dê conta de cobrir todos os atendimentos necessários. Relata sua preocupação com a condução das definições das questões. Informa que em Brumadinho a Vale fará apenas aporte de recursos e que aqui deveria ser a mesma forma, com controle social feito pela população.

Viviane afirma que a F.R. está nesse caminho e que com a conclusão dos estudos de risco da saúde humana, novas medidas poderão ser tomadas. Helder coloca sua preocupação.

Alex fala que se preocupa com esse caráter de complementação. Fala que desde 2016 a prefeitura solicita a contratação de alergista e cardiologista, e que sempre lhes foi negada porque eles não têm condição de apresentar os dados da forma em que é solicitado. Que já fizeram esse processo de quantificação duas vezes e que nada foi feito e que enquanto isso as pessoas estão morrendo.

Wagner diz que é ponto comum que é necessária a contratação, mas que existem responsabilidades que são do município. Diz que não é necessário que haja apresentação de 100% dos dados para que os profissionais sejam disponibilizados, mas que ele precisa apresentar os critérios utilizados para subsidiar o plano.

Helder coloca que não cabe a Fundação Renova decidir quantos profissionais precisam ser contratados. Informa que existem pessoas que morrem de depressão. Dos casos de pessoas que tem adoecido pelo processo de negativas de direitos e que essa demora precisa ser suprida também pelas ações na saúde. Alex coloca que em 2017 a fundação renova tentou por muito tempo retirar o serviço de urgência e emergência e que foi muito difícil de manter esse serviço. Receia que o serviço seja retirado do município sem que o poder público local tenha ingerência sobre isso.

Aline explica que plano foi apresentado pela primeira vez em Linhares. Após isso, houve a reunião em Barra Longa com M.S. e S.E.S. A partir da reunião a CT Saúde elaborou nota técnica nº14/2018 com as considerações feitas pelo Estado e União e que nela constam os números mais apropriados para a realidade de Barra Longa. Wagner coloca que deve constar no plano de ações as atividades a ser desenvolvidas pelos profissionais contratados e que, após isso, deverá ser implementado controle social da aplicabilidade do plano.

Alex questiona que o plano contém um quantitativo de profissionais e que a nota técnica contém apenas alguns números. Por que isso acontece? Aline responde que os especialistas constam no anexo da nota técnica.

Wagner propõe que se trate primeiro a atenção básica e depois se passe para as especialidades.

Kleber resgata as discussões que culminaram na Nota Técnica nº14/2018, também para alinhar com o procurador do município, Dr. Alex. Informa que algumas especialidades serão temporariamente integradas na rotina da saúde de Barra Longa, a fim de que haja cobertura completa do município.

Wagner coloca que não haverá sobreposição do sistema de saúde por parte da Fundação Renova. Afirma que o Estado de MG não fornece todos os atendimentos de responsabilidade do Estado e que isso não é problema da Fundação Renova. Constatada a relação da necessidade da contratação de especialidade, para atender impactos decorrentes do rompimento a Fundação adotará as medidas cabíveis.

Kleber – fica como atribuição do Estado, em conjunto com o município, o levantamento das PPI's para essas especialidades, para verificar o que precisa ser complementado pela F.R. Essa complementação pode se dar financeiramente, para que o município se organize em como se garantirá o aumento de atendimento e/ou a inserção dos profissionais no município haja vista o aumento das demandas no município.

Wagner – prover serviço de qualidade para o atingido é função da F.R., a forma de disponibilização do serviço será decidida pelo município. Deve haver definição de protocolo pelo Estado e pelo município. Quem fiscaliza esse protocolo é o Estado e o município.

Kleber – os parâmetros para cada uma dessas especialidades, definidos na portaria, já vem como se fosse um pacote.

Wagner – o que o Estado deve garantir, e o que a F.R. deve complementar. O aporte em virtude do rompimento é que deve ser assumido pela F.R.

Dr. Helder pede que sejam lidas as cláusulas relativas à saúde no TTAC, ao que Kleber faz a leitura.

CLÁUSULA 106: Deverá ser prestado apoio técnico à elaboração e implantação do Protocolo de monitoramento da saúde da população exposta aos efeitos do EVENTO.

CLÁUSULA 107: Caberá à FUNDAÇÃO elaborar programa para prestar apoio técnico para o atendimento às prefeituras de Mariana e Barra Longa na execução dos planos de ação de saúde ou das ações de saúde já pactuados até a presente data em função dos efeitos decorrentes do EVENTO.

The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. From left to right, there is a signature that appears to be 'Wagner', followed by 'Kleber', and then a group of three signatures on the right side, including one that looks like 'Alex'.

Wagner questiona se a fundação renova vai complementar serviços ou ela vai apoiar protocolos. Helder responde que a fundação renova vai aportar recursos para que o município propicie o atendimento adequado a sua população para que as demandas ocorridas após o rompimento sejam atendidas. Elaine coloca sua preocupação com as crianças e com a falta de atendimento das demandas das mesmas. Viviane pede que o acordo do início da reunião seja cumprido e que passe a leitura dos textos para conseguirmos avançar nas discussões. Kleber pede que as pessoas inscritas façam suas falas e que depois as discussões sejam retomadas.

Simone narra a situação vivida pela sua família acerca de sua avó Maria Geralda e das dificuldades vividas pela sua família, com o agravamento da situação de saúde pelos processos de reparação promovidos pela Fundação Renova. Fala que é necessário que a Fundação Renova tenha humanidade e olhe a realidade da cidade.

Viviane coloca que eles também estão cansados, que também são humanos, e que nessa oportunidade ela respondeu a uma fala de Simone na qual ela chama os funcionários de assassinos. Pediu que houvesse respeito por ela e pelos funcionários. Que fará o que puder para ajudar no processo de reparação. Que o menor papel que ela desempenha na F.R. é de advogada, pois ela sempre busca integrar os técnicos e fazer os programas funcionarem. Helder coloca que será apurada criminalmente a morte de Reginaldo.

Aline coloca que Wagner, como funcionário da saúde, pode ser mais uma voz para demonstrar a realidade da saúde e o que ela significa no contexto da reparação para além de compreensão jurídica. Wagner afirma que está tentando é concretizar o que eles estão vendo o que é necessário e que ele precisa subsidiar tecnicamente as decisões para que elas sejam aportadas. No que diz respeito à contaminação, não há o que ser feito antes do resultado dos estudos.

Helder coloca que o CIF aprovou o plano e os quantitativos, então não entende porque estamos discutindo novamente o número de profissionais. Wagner coloca que eles vieram para a reunião para analisar as propostas e buscar entendimento de ações que já podem ser iniciadas e que já estão comprovadas a necessidade e que as ações que eles entendem que não tem convergência no momento, que eles precisam discutir melhor, para justificar tecnicamente o aporte.

Laura questiona porque a F.R. não se fundamenta tecnicamente na deliberação CIF nº 252/2018 que aprova o Plano apenas com três ressalvas ao que é respondido que eles irão implementar o que é convergente.

Wagner afirma que eles precisam apenas entender qual o critério usado para se chegar no quantitativo de profissionais para poder implementar as ações.

Kleber coloca que existe a deliberação 252, que já tem pontos consolidados. Em janeiro se esperava que o que era acordado seria implementado. Afirma que isso não ocorreu e que a F.R. apresentou seu posicionamento, que foi respondido por meio de notas técnicas e que todos esses documentos.

Seguindo o que foi acordado ao se iniciar a reunião, serão revisitados todos os pontos do Plano:

Atenção básica: Será garantido conforme a Nota Técnica 14/2018. Além disso, acresce-se a garantia de transporte. Fundação Renova concordou com a necessidade de transporte e que tramitará internamente para sua aquisição.

Wagner solicita que constem em ata que, o que está sendo solicitado é que a Fundação renova implemente um serviço de saúde mental inexistente na cidade antes do rompimento da barragem de Fundão. Alex informa que o serviço não existia, pois não havia demanda antes. Wagner afirma que retornará novamente com essa questão para ser discutida internamente.

Kleber informa que essa questão da saúde mental já foi abordada nas notas técnicas 14 e 19 realizadas após a deliberação 252.

Helder pergunta ao Wagner que se ele não reconhece o gestor municipal e estadual de saúde, quem irá convencê-lo de que a necessidade de saúde é real em Barra Longa.

Wagner afirma que quando foi feita análise que a Fundação Renova não esteve presente. Aline afirma que eles foram convidados para participar dos espaços e se recusaram a fazê-lo. Wagner questiona a metodologia de apresentação dos quantitativos, bem como a fundamentação legal do quantitativo.

Wagner afirma que a população deseja 13 profissionais e a renova quer contratar 6, se é possível chegar no meio termo. Alex afirma que não é possível fazer esse tipo de barganha, pois não estamos num contexto de saúde ordinário.

Wagner propõe que ele leve internamente a proposta da forma que foi apresentada pela população e aprovada pelo CIF e pede prazo para responder isso para a prefeitura.

Helder propôs que a F.R. apresente o termo de cooperação já elaborado e Viviane coloca que encaminhará para ele quando o documento circular entre os interessados.

Kleber propõe a data de apresentação da resposta sobre saúde mental como a próxima reunião da CT saúde e Wagner informa que apenas precisa verificar o dia da reunião do conselho curador para poder apresentar a eles antes de responder à prefeitura. Viviane informa que a reunião do conselho curador será dia 04/04 e Wagner confirma que apresenta o retorno sobre atendimento ao plano no que diz respeito à saúde mental será feita no dia 11 de abril, durante a reunião da CT saúde.

Viviane e Wagner apresentarão esboço do termo de cooperação para a prefeitura municipal.

Kleber informa que houve consenso na atenção primária e que se começará a elaborar o termo de cooperação junto à prefeitura. Será necessário discutir o modelo de contratação.

Wagner coloca que uma das alternativas é usar a lei de parceria público privada para os municípios que não podem mais contratar pessoal em virtude da lei de responsabilidade fiscal. Outra alternativa é a Fundação renova contratar e a gestão ser do município. A Fundação Renova encaminhará o modelo de termo de cooperação que está sendo construído junto à CTOS, oficialmente, para o município. Há um período de mudança (transição) que a Fundação Renova está solicitando aditivo para a Contexto até dezembro. Atualmente, equipes novas, que não existem no território (como exemplo Atenção Básica e Saúde Mental) já poderão iniciar com o Termo de Cooperação.

Alex questiona se podemos fracionar a elaboração dos eixos do plano de ação de acordo com o consenso com a Renova ao que é respondido por Viviane que sim.

Wagner informa que Kely entrará em contato com Raquel (SMS) para retomar o plano, ao que é respondido que isso será feito em conjunto com o coletivo de saúde e assessoria técnica. Após, passou-se a leitura e assinatura da presente ata.

Raquel

[Assinatura]

[Assinatura]

Wagner

Faria

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]